



BRASÍLIA, 14 DE NOVEMBRO DE 2017
VOLUME 01 EDIÇÃO 03



6º Congresso Brasileiro sobre Uso Racional de Medicamentos discutirá as melhores práticas no cuidado ao paciente

Evento irá reunir profissionais de saúde e interessados em conhecer mais sobre o tema



Quarta-feira (15/10) será a abertura do I Congresso Brasileiro de Ciências Farmacêuticas, que acontecerá na cidade de Foz do Iguaçu/PR. O encontro contará com seis outras oficinas, que serão realizados paralelos ao Congresso, entre eles o 6º Congresso Brasileiro sobre o Uso Racional de Medicamentos - CBURM que tem por objetivo realizar um amplo debate profissional e científico em torno do cuidado multiprofissional para promoção do uso racional de medicamentos.

Com o tema “Múltiplos olhares para cuidar das pessoas”, o Congresso 6º CBURM pretende realizar um amplo debate profissional e científico em torno do cuidado multiprofissional para o uso racional de medicamentos no País e nas Américas. Médicos, farmacêuticos, cirurgiões-dentistas, enfermeiros, nutricionistas, docentes, gestores e estudantes da área da saúde, assim como representantes da sociedade e todos aqueles profissionais interessados nas discussões sobre a incorporação de práticas efetivas que contribuam para a melhoria da segurança do paciente, estão

convidados a participar deste grande momento de discussão e reflexão sobre o uso racional de medicamentos, como fator de extrema importância para o cuidado das pessoas.

Durante os quatro dias, haverá cursos, oficinas, painéis, mesas redondas e conferências, nas quais serão discutidos assuntos tais como: uso racional de medicamentos nas populações em condição de vulnerabilidade; regulação do mercado, medicamentos órfãos e participação dos laboratórios oficiais; importação excepcional e priorização de registro; a grande demanda de incorporação de tecnologias no SUS; atenção quaternária num país que envelhece; a problemática da medicalização na educação e da sociedade; entre outros.

O evento é promovido pelo Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos e realizado pelo Ministério da Saúde (MS), por meio do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS), em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas-OMS Brasil), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Conselho Federal de Farmácia (CFF).

Transmissão ao vivo - O evento poderá ser acompanhado ao vivo na íntegra pelo link do Ministério da Saúde: <http://datasus.saude.gov.br/index.php/multimedia>.

Núcleo de comunicação do DAF

Farmácia Popular participa do VIII Fórum Nacional de Assistência Farmacêutica do SUS



Nos dias 30 e 31 de outubro de 2017, foi realizado, em Maceió-AL, o VIII Fórum Nacional de Assistência Farmacêutica do SUS. Entre as atividades do encontro, ocorreu a mesa redonda “Ações e estratégias para garantia do acesso a medicamentos no país”, na qual a Coordenadora do Programa Farmácia Popular do Brasil, Cleonice Lisbete Silva Gama, discutiu o tema: “Programa Farmácia Popular do Brasil como estratégia para ampliação do acesso a medicamentos”, ressaltando a importância do Programa no cenário da Assistência Farmacêutica do país e apresentando os impactos sobre o orçamento e os dados de saúde da população.

Como parte integrante da Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF), o Programa Farmácia Popular cumpre as principais diretrizes relacionadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, garantindo os princípios da universalidade, integralidade e equidade. Esta ação deve-se ao fato de o Programa oferecer mais uma alternativa de acesso a medicamentos básicos à população, o que representa resultados concretos na qualidade de vida. Segundo constatação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ocorreu a redução do número de internações simultaneamente à capilaridade das farmácias populares.

A Coordenadora do Programa apresentou, ainda, um comparativo entre o orçamento destinado às unidades da Rede Própria e às farmácias credenciadas no “Aqui Tem Farmácia Popular”. Destacou que os recursos gastos com a Rede Própria referem-se à manutenção e logística das unidades e compra dos medicamentos. Em contrapartida, na rede conveniada, os custos são relacionados tão somente aos medicamentos. “A rede própria obteve cerca de 8 mil atendimentos por mês, enquanto foram 9 milhões na rede conveniada”, destacou Cleonice. Nesse sentido, visando à otimização dos recursos públicos, 486 unidades próprias foram desabilitadas, restando apenas 11

mantidas pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Os recursos que antes eram destinados a estas unidades estão sendo direcionados às unidades básicas de saúde do país. “Existe um grande número de farmácias, 43 milhões de pessoas atendidas em dez anos, 77% de municípios, disponibilidade de estoque em 100% dos itens devido à diversidade de farmácias comerciais disponíveis, diferente do modelo rede própria, o qual aloca o usuário apenas em sua unidade básica, com uma marcante diferença”, completa.

No evento, houve, ainda, a participação de representante da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, que ressaltou que o Programa Farmácia Popular é um dos fatores de sucesso no acesso a medicamentos no país, além de tratar-se de transferência indireta que desonera os municípios quanto a medicamentos do elenco.

Cabe destacar a necessidade do foco das atividades das farmácias populares estar fundamentado na prestação efetiva da assistência farmacêutica e dispensação dos medicamentos mediante ressarcimento do seu preço de custo, por profissional (farmacêutico), e não simplesmente na comercialização dos medicamentos. O Programa possui caráter complementar aos tratamentos de saúde, ampliando o acesso a medicamentos considerados essenciais, não substituindo, assim, a garantia de acesso do cidadão aos medicamentos distribuídos nas unidades do SUS.

Núcleo de comunicação do DAF

100% dos medicamentos do SUS terão monitoramento online

A Base Nacional de Dados da Assistência Farmacêutica melhora a gestão da compra, distribuição e do vencimento dos medicamentos. Medida vai reduzir desperdício e ampliar oferta à população

Um novo sistema criado pelo Ministério da Saúde vai integrar as informações de distribuição, estoques e acesso aos medicamentos do SUS em todo o país. A Base Nacional de Dados da Assistência Farmacêutica, lançada na terça-feira (24/10), permitirá o melhor planejamento da compra, do controle da data de validade e a realização de remanejamentos. A experiência em quatro estados mostrou que a iniciativa pode evitar desperdícios de até 30% dos fármacos entregues. Se essa economia for replicada em todo o Brasil, a cada ano, mais R\$ 1,5 bilhão poderá ser revertido em mais medicamentos para a população.

A base nacional entra em funcionamento a partir de 25 de outubro. Estados e municípios têm 90 dias para enviar as informações. Até então, o Ministério da Saúde só recebia 20% dos dados por meio do Sistema Hórus, utilizado por 15 estados para gestão de medicamentos de alto custo. As demais unidades da federação, que representam 80% da demanda, repassavam por telefone ou planilhas. Agora, será disponibilizado o Web Service, ferramenta que permite que todas as secretarias de saúde do país que possuem sistemas próprios transmitam as informações.

“Essa é uma ferramenta fundamental para que a gente possa fazer economia e otimizar os recursos da saúde. Hoje existe uma consciência entre todos os gestores para a importância de alimentar o sistema para que possamos evitar o vencimento de medicamentos nas prateleiras, evitar que os medicamentos sejam desperdiçados e fazer o remanejamento dos medicamentos que eventualmente estejam sobrando em um determinado estado ou município para um melhor aproveitamento. Já verificamos em projeto-piloto que esse processo demonstra um potencial de economia de bilhões de reais e com esses recursos vamos comprar mais medicamentos e ampliar acesso a população”, afirmou ministro Ricardo Barros.

Essa integração dos dados foi pactuada no início desse ano na Comissão Integestores Tripartite, que reúne representantes dos estados, municípios e do Ministério da Saúde. Pela Portaria nº 938 de 2017, os gestores que não enviarem as informações para a base nacional ou não apresentarem justificativa poderão ter os recursos da assistência suspensos temporariamente.

Além do estoque, entrada, saída e dispensação de medicamentos, também poderão ser monitoradas em tempo real informações do paciente e das unidades de saúde. Todo o processo será automatizado, ou seja, o sistema já calcula possíveis perdas, sugere remanejamento de produtos ou mesmo indica o quantitativo que deve ser comprado para atender à necessidade.

SEM DESPERDÍCIO

O novo sistema servirá de apoio para evitar o desperdício e desabastecimento de produtos. Foi o que mostrou o projeto-piloto realizado em Tocantins, Alagoas, Rio Grande do Norte e Distrito Federal. Nessas localidades, no terceiro trimestre desse ano, foi possível economizar R\$ 20 milhões. Pelos dados, verificou-se que, em média, 30% do quantitativo poderia ser remanejado para outras regiões do Brasil, sem risco de perder o prazo de validade. Em todo o país, significaria uma economia ao Ministério da Saúde de R\$ 1,5 bilhão por ano.

A informatização da saúde é uma das prioridades da atual gestão do Ministério para qualificar o atendimento prestado ao cidadão e, ao mesmo tempo, melhorar as informações de gestão, a programação das políticas públicas e o gerenciamento dos recursos do setor.

ASCOM com dados do DAF

Programa Farmácia Popular é tema de trabalho vencedor do 36º Prêmio BNDES de Economia em 2017.

O trabalho vencedor do 36º Prêmio BNDES de Economia, na categoria dissertação de mestrado, avaliou o impacto da política brasileira de copagamento de medicamentos, através do “Aqui tem Farmácia Popular”, e seus resultados sobre indicadores de saúde, como mortalidade e internações hospitalares. O trabalho é intitulado *Efeitos do copagamento de medicamentos sobre saúde no Brasil: evidências do programa Aqui tem Farmácia Popular*, e de autoria de Pedro Américo de Almeida Ferreira.

Esse estudo demonstrou em seus resultados que o Programa é socialmente eficiente, na medida em que a economia com os gastos de internação e com as vidas salvas é maior que os custos do programa. O autor afirma ainda que este é o primeiro trabalho publicado a analisar econometricamente o impacto do programa e traz as primeiras evidências das consequências de saúde dessa política, além do fato de abrir novos horizontes para as questões relacionadas ao financiamento da assistência farmacêutica e os seus resultados na análise de indicadores de saúde.

O Programa Aqui tem Farmácia Popular, iniciado em 2006, caracteriza-se por uma parceria entre o Governo Federal e as farmácias privadas na distribuição subsidiada ou gratuita de medicamentos para oito doenças crônicas – hipertensão, diabetes, asma, dislipidemia, osteoporose, doença de Parkinson, glaucoma e rinite, além dos medicamentos contraceptivos e a fralda geriátrica para adultos acima de 60 anos ou deficientes físicos. Para ter acesso ao Programa o cidadão deve portar receita médica válida, CPF e documento com foto, em uma das farmácias cadastradas ([link para acesso à página](#)).

O Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF) do Ministério da Saúde, com o dever de cumprir as diretrizes da Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF), têm buscado o desenvolvimento de ações que qualifiquem a estruturação dos serviços farmacêuticos no Sistema Único de Saúde (SUS), como estratégia de ampliação de acesso e promoção do uso racional dos medicamentos. Nesse sentido, tem apoiado a realização de novas pesquisas, atualmente em andamento por grupos de pesquisa em Economia da Saúde do IPEA e UFBA, com o objetivo de avaliar a efetividade, o impacto econômico e a abrangência do Programa “Aqui Tem Farmácia Popular”, fornecendo assim resultados que contribuirão para otimizar o financiamento da Assistência Farmacêutica no país.

Saiba mais sobre o trabalho vencedor do 36º Prêmio BNDES de Economia em:
<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13574>

Núcleo de comunicação do DAF

Departamento de Assistência Farmacêutica disponibiliza site com informações da Base Nacional de Assistência Farmacêutica

Site contém informações sobre a migração de dados da BNDASAF.

O site com os dados da Base Nacional da Assistência Farmacêutica (BNDASAF) já está disponível para consulta no novo portal do Ministério da Saúde. A BNDASAF é a consolidação dos dados nacionais de posição de estoque, entradas, saídas, avaliações e dispensações realizadas pelos estabelecimentos de saúde dos Municípios, Estados e Distrito Federal para os medicamentos padronizados na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), e do Programa Farmácia Popular do Brasil. Instituída em 24/10, ela contém os dados dos Componentes Básico, Especializado e Estratégico da Assistência Farmacêutica.

A partir da oficialização do CONASS e CONASEMS, estados e municípios terão 90 dias para enviar as informações, via *Web Service* (solução utilizada na integração de sistemas e na comunicação entre aplicações diferentes). A ferramenta permite que municípios, estados e Distrito Federal, que não utilizam o sistema Hórus, possam enviar as informações referentes à posição de estoque, entradas, saídas, dispensações deferidas e avaliações, no âmbito dos medicamentos contidos na Rename.

Integração de dados

Até então, o Ministério da Saúde só recebia 20% dos dados dos estados por meio do Sistema Hórus, utilizado por 15 estados para gestão de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. As demais unidades da federação, que representam 80% da demanda, repassavam por telefone ou planilhas. No âmbito municipal, aproximadamente 1500 municípios utilizam o Hórus para a gestão da assistência farmacêutica básica. Agora, será disponibilizado o *Web Service*, ferramenta que permite que todas as secretarias de saúde do país, que possuem sistemas próprios, transmitam as informações.

Essa integração dos dados foi pactuada no início desse ano na Comissão Integestores Tripartite, que reúne representantes dos estados, municípios e do Ministério da Saúde. Pela Portaria nº 938 de 2017, os gestores que não enviarem as informações para a base nacional ou não apresentarem justificativa poderão ter os recursos da assistência suspensos temporariamente.

Além do estoque, entrada, saída e dispensação de medicamentos, também poderão ser monitoradas as informações do paciente e das unidades de saúde.

Acesse o site da Base Nacional de Medicamentos no endereço - <http://portalms.saude.gov.br/assistencia-farmaceutica/base-nacional-de-dados>.

Núcleo de comunicação do DAF

Técnico do Departamento de Assistência Farmacêutica debateu a fitoterapia no Sistema Único de Saúde.

Programa discutiu o contexto internacional sobre o assunto e como a temática se desenvolve no Brasil

O técnico Benilson Barreto, do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos participou, no dia 23/10, às 16hs (horário de Brasília), da palestra “Fitoterapia Baseada em Evidência”, por meio do programa “CONITEC em Evidência”. A videoconferência pode ser acessada pelo endereço eletrônico – goo.gl/SW4nfU

O Programa Nacional de plantas medicinais e fitoterápicos visa garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional. Atualmente, os principais instrumentos norteadores para o desenvolvimento das ações/programas com plantas medicinais e fitoterapia são: a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, com diretrizes e linhas de ação para “Plantas Medicinais e Fitoterapia no SUS”, e a “Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos”, com abrangência da cadeia produtiva relacionada.

O SUS oferta à população, com recursos da União, DF, Estados e Municípios, doze medicamentos fitoterápicos. Eles constam na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) e são indicados, por exemplo, para uso ginecológico, tratamento de queimaduras, auxiliares terapêuticos de gastrite e úlcera, além de medicamentos com indicação para artrite e osteoartrite.

Os produtos à base de plantas medicinais são seguros para a saúde, quando preparados e utilizados corretamente. Eles são testados para a confirmação da eficácia e avaliação dos riscos de seu uso, e também para garantir a qualidade do produto final. Cabe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e às Vigilâncias Sanitárias Municipais e Estaduais o controle sanitário desses medicamentos.

Núcleo de Comunicação do DAF

Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF)

José Miguel Vidal Júnior (Jornalista)

Luciana Peres de Medeiros (Jornalista)

Desenho Gráfico

José Miguel Vidal Júnior e Sillas da Silva Paixão

Revisão

José Miguel Vidal Júnior e

Luciana Peres de Medeiros